

SAIU NA IMPRENSA



. CORREIO DA LAVOURA . PÁGINAS 1, 2 E 3 . SÁBADO, 14 A 20 DE ABRIL DE 2018 .

Audiência pública na Câmara sobre Segurança destaca: “Nova Iguaçu precisa ser ouvida”

“Está na hora de Nova Iguaçu ser ouvida, falar pra fora e receber do Estado o cuidado necessário quando o assunto é segurança”. Assim, Jayme Soares, presidente do Conselho Municipal de Segurança, Direitos Humanos e Cidadania de Nova Iguaçu (Conseg) iniciou sua fala durante a audiência pública que aconteceu na manhã da última quarta-feira (11), na Câmara de Vereadores. Durante quase 4 horas, representantes do Legislativo, Executivo, polícias civil e militar, organizações sociais, pesquisadores sobre o tema e a população em geral estiveram reunidos apresentando ideias e discutindo caminhos para combater os altos índices de criminalidade que assolam a cidade. Uma ausência foi lamentada por todos, a do Gabinete de Intervenção Federal.

Pesquisador e professor do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Doriem Borges, apresentou estudos com números assustadores: em 15 anos, de 2003 a 2017, 30 mil pessoas foram assassinadas em Nova Iguaçu. Negros representam 75% dessas vítimas. Segundo Adriano Araújo, coordenador do Fórum Grita Baixada, a Baixada Fluminense figura com o dobro da porcentagem de homicídios que acontecem na cidade do Rio de Janeiro. “E quem fala sobre isso? Só ouvimos os



O vereador Marcelo Lajes fala da importância da discussão coletiva sobre Segurança

meios de comunicação falarem dos acontecimentos da capital do Estado. As políticas de combate à violência precisam chegar aqui também”.

Conduzido pelo vereador Marcelo Verdam Lessa, Marcelo Lajes, presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal, com o apoio do vereador Car-

linhos BNH, da mesma comissão, o encontro apontou que garantir uma segurança de qualidade, para toda sociedade, não é apenas responsabilidade das polícias, com medidas repressivas, mas é um assunto que passa pela garantia de cidadania, educação, esporte, iluminação pública, etc. “Segurança é responsabilidade de todos nós”,

disse o comandante do 20º Batalhão de Polícia Militar, Alexandre de Souza Rodrigues. Ele solicitou que todos os segmentos sociais participem das atividades da corporação, como o ‘Cafê Comunitário’, e apresentem suas demandas e propostas. “Queremos ouvir todas as pessoas”. (Continua na página 2)



CMNI
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

O lugar do povo é aqui

Audiência pública na Câmara sobre Segurança destaca: "Nova Iguaçu precisa ser ouvida"

A diretora de Direitos Humanos da Secretaria municipal de Assistência Social, Dayse Marcello, disse que está em construção o Plano de Direitos Humanos de Nova Iguaçu. "Desejamos realizar uma grande conferência, em maio, para finalizarmos este documento que irá dar norte às nossas ações". Organizador do evento, com o apoio da Câmara Municipal, Sincovani (Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu) e Sindicato dos Químicos, Jayme Soares, divulgou as propostas do Conseg, algumas em fase de estudo pela prefeitura, outras em discussão com os vários segmentos sociais: Elaboração do Plano Municipal de Segurança; Criação da guarda municipal; Reativação do Conig; Criação do Fundo Municipal de Segurança; Criação de grupos de voluntários para trabalharem nas delegacias de Polícia; Criação de um Observatório nas universidades locais para estudo dos dados da violência; Ações conjuntas com as secretarias municipais para o combate à violência contra a mulher, às drogas e à intolerância religiosa; e Visita ao Gabinete de Intervenção junto com representantes dos Poderes Legislativo e Executivo.

Convidados, participaram da audiência os delega-

dos titulares da 52ª DP, 58ª DP e 56ª DP, Luis Cláudio Cruz, Carlos César Santos e Marcos Peralta, respectivamente, e o subcomandante do 3º CPA Ivan do Espírito Santo. Como integrantes da mesa, participaram as autoridades: delegada Sandra Ornellas, da Dean/NI; Coronel Penteado, secretário municipal de Segurança Pública; Elaine Medeiros, secretária municipal de Assistência Social; e o vereador do município do Rio, nascido em Nova Iguaçu, Jones Moura.

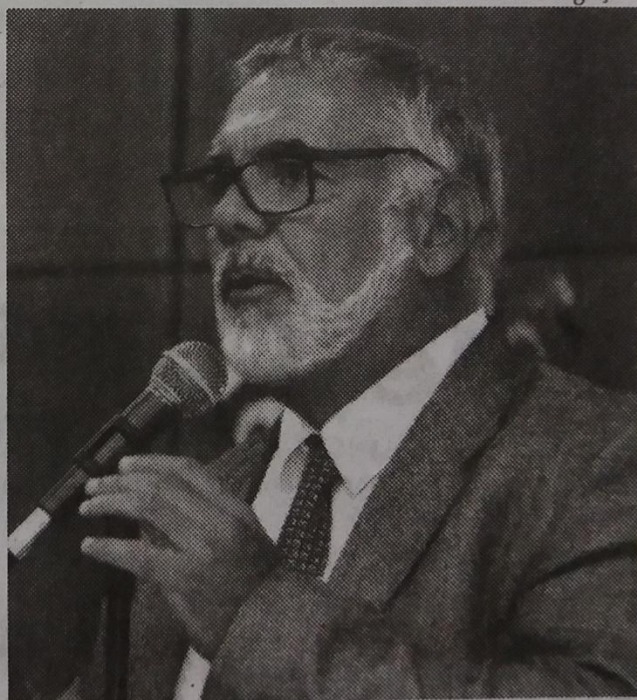
Os vereadores Felipinho Ravis, Carlão Chambarelli, Paulinho da Padaria e Renata da Telemensagem estiveram presentes ao debate. Renata prestou uma homenagem ao grupo "Rede de Mães", formado por mães que são parentes de vítimas da violência na Baixada. Cada uma recebeu uma Moção de Congratulações e Aplausos em reconhecimento à luta por uma sociedade mais justa.

Documento da audiência será redigido e encaminhado ao Ministério Público Federal pelo Conseg. No próximo dia 24 (terça-feira), às 9 horas, acontece nova reunião sobre o mesmo tema, agora organizado pelo Conselho Comunitário de Segurança, também no plenário da Câmara, Rua Prefeito João Luiz do Nascimento, 38, Centro.

Projeto beneficia idosos acima de 80 anos

Divulgação

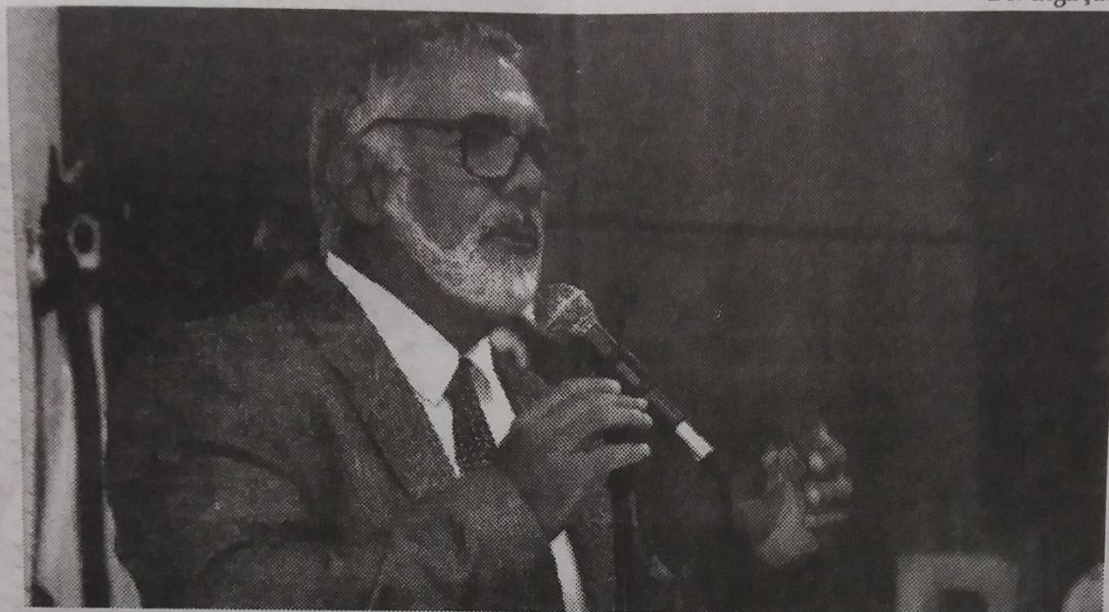
Na última terça-feira, dia 10 de abril, a Câmara Municipal de Nova Iguaçu acolheu e aprovou por unanimidade, após o parecer das Comissões, o projeto 193/2017, complementar à lei federal, do vereador Carlão Chambarelli, que dispõe sobre a prioridade especial aos maiores de 80 anos em todas as repartições públicas e privadas do município. (Continua na página 3)



Vereador Carlão Chambarelli

Projeto beneficia idosos acima de 80 anos

Divulgação



Vereador Carlão Chambarelli

A proposta parlamentar completa a norma federal, uma vez que os municípios devem se adequar às alterações do Estatuto do Idoso, já que a nova regulamentação, em vigor desde agosto passado, determinou prioridade especial sobre os demais idosos, estabelecendo que as pessoas acima de 80 anos terão suas necessidades atendidas com preferência.

Segundo a advogada Nagila Almawy, a lei federal complementa o Estatuto do Idoso (lei 10.741/03) e a Lei Federal 8.842/94 que em seu artigo 7º, assegura, entre outras prioridades, a tramitação dos processos e procedimentos, assim como a execução dos atos e diligências

judiciais em que figurem, como parte, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, em qualquer instância, o que contrasta com a prática processual vigente que prima pela procrastinação agravada pela morosidade da justiça brasileira. "Temos feito legislação em favor dos idosos. Importante, porém, é que eles conheçam estes direitos e os reclamem por meio das vias corretas em seu próprio interesse, sempre que necessário. Com essa iniciativa, calcada na lei federal, para os idosos só fortalece direitos, deveres e obrigações aos que mais precisam dentro do município", disse Nágila (Conselheira da OAB/Subseção de Nova Iguaçu).